

Sites consultados na Internet

- ADMINISTRAÇÃO CENTRAL DO SISTEMA DE SAÚDE – ACSS - acesso em 05-05-2011).
- ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE ECONOMIA DA SAÚDE – APES - www.apes.pt/, (acesso em 12-01-2012).
- ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE UNIDADES DE SAÚDE FAMILIAR - www.usf-an.pt, (acesso em 05-05-2011).
- BANCO MUNDIAL – data.worldbank.org/ (consulta efetuada em 05-09-2011).
- DIREÇÃO GERAL DO ORÇAMENTO – DGO - www.dgo.pt/, (acesso em 10-05-2011)
- DIREÇÃO GERAL DA SAÚDE – DGS - www.dgs.pt, (acesso em 04-05-2011 e 14-09-2011).
- ENTIDADE REGULADORA DA SAÚDE – ERS - www.ers.pt/ (acesso em 16-12-2011).
- INSTITUTO NACIONAL DE SAÚDE – DOUTOR RICARDO JORGE – INSA - Inquérito Nacional de Saúde, www.insa.pt, (acesso em 04-05-2011).
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA - INE – Conta Satélite da Saúde, 2009, www.INE.pt, (acesso em 15-06-2011)
- MINISTÉRIO DA SAÚDE - www.portaldasaude.pt, (acesso em 04-05-2011).
- MISSÃO PARA OS CUIDADOS DE SAÚDE PRIMÁRIOS – MCSP - www.mcsp.min-saude.pt, (acesso em 10-05-2011 e 09-09-2011).
- OBSERVATÓRIO PORTUGUÊS DOS SISTEMAS DE SAÚDE - www.observaport.org/ (acesso em 15-06-2011 e 12-05-2011).
- ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO- OGE - www.portugal.gov.pt, (acesso em 12-06-2011).
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE- OMS – www.oms.org/ - consulta efectuada em 20-09-2011
- ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO (OCDE) – www.oecd.org/ - consulta efectuada em 20-09-2011.
- PORDATA – www.pordata.pt, (acesso em 15-05-2011).
- UNIDADE DE SAÚDE FAMILIAR PLANÍCIE – www.usfplanicie.no.sapo.pt, (acesso em 30-11-2011).

Legislação consultada

Decreto-Lei nº 413/71 de 27 de Setembro – Reorganiza os serviços do Ministério da Saúde e Assistência, cria os Centros de Saúde de “1ª geração”.
Decreto-Lei nº 584/73, de 06 de Novembro – Autonomiza o Ministério da Saúde, face à Assistência.
Decreto-Lei nº 704/74 de 07 de Dezembro – Nacionaliza os hospitais das Misericórdias passam a ser administrados pela Secretaria de Estado da Saúde.
Despacho Ministerial de 29 de Julho de 1978 – conhecido como o “Despacho Arnout” constitui uma verdadeira antecipação ao SNS, na medida que abre o acesso aos Serviços Médico - Sociais a todos os cidadãos, independentemente da sua capacidade contributiva.
Lei nº 56/79, de 15 de Setembro – Cria o Serviço Nacional de Saúde, no âmbito do Ministério dos Assuntos Sociais, enquanto instrumento do Estado para assegurar o direito à protecção da saúde, nos termos da Constituição.
Decreto-Lei nº 254/82, de 29 de Junho – Cria as Administrações Regionais de Cuidados de Saúde.
Despacho Normativo nº 97/83, de 22 de Abril – Aprova o Regulamento dos Centros de Saúde, dando lugar ao Centros de Saúde de “segunda geração”.
Decreto-Lei nº 344-A/83, de 25 de Julho – Aprova a Lei Orgânica do IX Governo Constitucional, e cria o Ministério da Saúde.
Decreto-Lei nº 74 – C/84 de 02 de Março - Põe fim a diversos serviços de saúde, entre os quais os Serviços Médico-Sociais, e marca a expansão do SNS.
Decreto-Lei nº 57/86, de 20 de Março – Regulamenta as condições de exercício do direito de acesso ao SNS. O diploma visa estabelecer uma correta e racional repartição dos encargos do SNS.
Decreto-Lei nº 19/88, de 21 de Janeiro – Aprova a lei de gestão hospitalar.
Decreto Regulamentar nº 3/88, de 22 de Janeiro – Vem introduzir alterações substanciais no domínio dos órgãos e do funcionamento global dos hospitais., bem como quanto à estrutura dos serviços.
Lei nº 48/90, de 24 de Agosto – Aprova a Lei de Bases da Saúde.
Decreto-Lei nº 73/90, de 6 de Março – Aprova o regime das carreiras médicas.
Decreto-Lei nº 437/91, de 8 de Novembro – Aprova o regime legal da carreira de enfermagem.
Decreto-Lei nº 54/92, de 11 de Abril – Estabelece o regime de taxas moderadoras para o acesso aos serviços de urgência, às consultas e a meios complementares de diagnóstico e terapêutica em regime de ambulatório, bem como as suas isenções.
Decreto-Lei nº 177/92, de 13 de Agosto – Estabelece o regime de prestações de assistência médica no estrangeiro aos beneficiários do SNS.
Decreto-Lei nº 11/93, de 15 de Janeiro – Aprova o novo Estatuto do SNS.
Decreto-Lei nº 335/93, de 29 de Setembro – Aprova o Regulamento das Administrações Regionais de Saúde.
Decreto-Lei nº 198/95, de 29 de Julho – Cria o cartão de identificação do utente do SNS.
Decreto-Lei nº 97/98, de 18 de Abril – Estabelece o regime de celebração das

Convenções, entre privados e o SNS.
Decreto-Lei nº 117/98, de 5 de Maio – Estabelece o regime remuneratório experimental dos médicos da carreira de clínica geral.
Resolução do Conselho de Ministros nº 140/98, de 4 de Dezembro – Define um conjunto de medidas para o desenvolvimento do ensino na área da saúde.
Decreto-Lei nº 286/99, de 27 de Julho – Estabelece a organização dos serviços de saúde pública, define que a implantação se opera a dois níveis: o regional e o local.
Decreto-Lei nº 374/99, de 18 de Setembro – Cria os centros de responsabilidade integrados (CRI) nos hospitais do SNS.
Despacho Normativo nº 61/99, de 11 de Setembro – Cria as agências de contratualização dos serviços de saúde.
Decreto-Lei nº 156/99, de 10 de Maio – Estabelece o regime dos Sistemas Locais de Saúde.
Decreto-Lei nº 157/99, de 10 de Maio – Estabelece o novo regime de criação, organização e funcionamento dos Centros de Saúde, chamados de “terceira geração”.
Lei nº 27/2002, de 8 de Novembro – Aprova o novo regime da gestão hospitalar.
Decreto-Lei nº 39/2002, de 26 de Fevereiro – Aprova a nova forma de designação dos órgãos de direcção técnica dos estabelecimentos hospitalares e dos Centros de Saúde.
Decreto-Lei nº 60/2003, de 1 de Abril – Cria a Rede de Cuidados de Saúde Primários.
Decreto-Lei nº 173/2003, de 1 de Agosto - Aprova as taxas moderadoras, com o objectivo de moderar, racionalizar e regular o acesso a prestação de cuidados de saúde.
Decreto-Lei nº 309/2003, de 10 de Dezembro – Cria a Entidade Reguladora da Saúde, com a função de separar a regulação e supervisão do Estado, em relação às suas funções de operador e financiador.
Decreto-Lei nº 298/2007, de 22 de Agosto – Estabelece o regime jurídico da organização e do funcionamento das Unidades de Saúde Familiar.
Decreto-Lei nº 101/2008, de 6 de Junho – Cria a Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados.
Decreto-Lei nº 28/2008, de 22 de Fevereiro – Cria os Agrupamentos dos Centros de Saúde, (ACES).
Portarias: 272; 273; 274; 275; e 276, criam os ACES em cada uma das cinco ARS – publicadas no Diário da República nº 54 – série I de 2009-03-18.
Decreto-Lei nº 81/2009, de 2 de Abril – Reestrutura a organização dos serviços operativos de saúde pública a nível regional e local.

Fonte: Elaboração própria, com base em informação colhida no portal do Ministério da Saúde, da ACSS e da ERS.